

# #badappleby –

## Perguntas e respostas

### O que são os paradise papers?

O ICIJ – Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, publicou um novo vazamento de informações, denominado *Paradise Papers*. O vazamento é do escritório internacional de advocacia Appleby. Esse é um dos maiores vazamentos de informações de uma empresa envolvida em estruturas financeiras offshore, em que o ICIJ teve acesso a mais de 13 milhões de documentos. Jornalistas através do mundo estiveram trabalhando com esses documentos por meses, e começaram a publicar suas primeiras reportagens.

Até o momento, as reportagens demonstraram operações offshore de atores políticos como Wilber Ross, Secretário de Comércio de Donald Trump, e multinacionais como Glencore, Nike, Uber e outros. No total, o ICIJ disse ter localizado mais de 120 políticos nos dados vazados.

### Quem é Appleby?

Appleby é um escritório de advocacia focado em serviços financeiros offshore. A firma fornece uma ampla variedade de serviços para empresas e indivíduos de alta renda. Esses serviços incluem a administração de trusts offshore e consultoria sobre estruturas corporativas em paraísos fiscais. Appleby possui escritórios em vários paraísos fiscais e jurisdições secretivas ao redor do mundo.

O escritório opera em uma linha similar ao Mossack Fonseca, internacionalmente conectado ao *Panama Papers*, porém é uma firma muito maior em termos de presença internacional e volume de negócios. Ao contrário de Mossack Fonseca, Appleby é parte do notório *offshore magic circle*.

### O que é o offshore magic circle?

O *offshore magic circle* – ou círculo offshore de mágica, é um agrupamento informal dos principais escritórios jurídicos focados em serviços financeiros offshore, baseado em seu tamanho e volume de negócios. O termo é decorrente do conhecido *magic circle* dos principais escritórios jurídicos da cidade de Londres. Como este não é um agrupamento oficial, não há uma lista oficial de membros, porém os escritórios Appleby, Bedell Cristin, Carey Olsen, Conyers, Harneys, Maples, Mourant Ozannes, Ogier e Walkers são reconhecidos como os principais nessa linha de serviços.



# IT'S NOT JUST ONE #BADAPPLEBY

THE MAJOR FINANCIAL CENTRES WHERE THE LARGEST OFFSHORE LAW FIRMS OPERATE

	BERMUDA Secrecy score: 66	BVI Secrecy score: 60	CAYMAN Secrecy score: 65	CYPRUS Secrecy score: 50	DUBAI Secrecy score: 77	LONDON Secrecy score: 41	GUERNSEY Secrecy score: 64	HONG KONG Secrecy score: 72	ISLE OF MAN Secrecy score: 64	JERSEY Secrecy score: 65	MAURITIUS Secrecy score: 72	SINGAPORE Secrecy score: 69	TOTAL
APPLEBY	●	●	●				●	●	●	●	●		8
BEDELL		●				●	●			●		●	5
CAREY OLSEN		●	●			●	●	●		●		●	7
CONYERS DILL	●	●	●		●	●		●			●	●	8
HARNEYS		●	●	●		●		●			●	●	7
MAPLES & CALDER		●	●		●	●		●				●	6
OGIER		●	●			●	●	●		●		●	7
MOURANT OZANNES		●	●			●	●	●		●			6
WALKERS	●	●	●		●	●	●	●		●			8

## Qual o papel dos escritórios de advocacia na elisão fiscal?

Advogados são os operadores da indústria de elisão fiscal. Advogados implementam métodos de elisão fiscal, através do estabelecimento de companhias e certificando que contadores e documentos corporativos são corretamente administrados e no devido tempo. Advogados se certificam que companhias atingem os requisitos mínimos para serem consideradas existentes em paraísos fiscais, através do desenvolvimento de contratos e documentos para trusts, assim como administrando trusts opacos. Alguns escritórios de advocacia ainda desenvolvem métodos complexos de elisão fiscal, muitas vezes com o auxílio de escritórios de contabilidade.

## Qual o papel dos escritórios de contabilidade?

Os escritórios de contabilidade, especialmente os Big 4 (E&Y, PwC, KPMG e Deloitte), são o cérebro por trás da indústria de elisão fiscal internacional. Eles desenvolvem e oferecem métodos de elisão fiscal para seus clientes, gerando enormes quantias de honorários. Uma análise das contas dos Big 4 pela Tax Justice Network demonstrou que essas empresas geraram 2.2 bilhões de libras esterlinas por ano através da oferta de consultoria fiscal.

George Rozyany é um ex-diretor de Transfer Pricing da empresa E&Y na Austrália e posteriormente diretor fiscal em uma grande empresa multinacional. De acordo com seu testemunho ao jornalista Michael White:

*“Os Big 4 têm, através de um manto de ilusão próprio do Rasputin, se afastado de sua função original e crítica de verificar a exatidão das contas financeiras de uma empresa para todas as partes interessadas, e se tornaram “contadores de fortunas” meramente representando os interesses das empresas multinacionais e desenvolvendo métodos agressivos de elisão fiscal”.*

## **Quão grande é o problema da evasão e elisão fiscal em centros offshore?**

A Tax Justice Network estima que a perda global em receitas fiscais para governos decorrente de desvios financeiros é superior aos 500 bilhões de dólares por ano. Em termos proporcionais (porcentagem de PIB e renda fiscal total), países em desenvolvimento são os mais atingidos.

A Tax Justice Network também estima que entre 21 e 32 trilhões de dólares de renda privada está atualmente estacionada em centros offshore. Considerando que os lucros decorrentes desta renda não são declarados, e baseados em um retorno modesto de 3% sobre o capital, se pode estimar que os governos estão perdendo um valor superior aos 189 bilhões de dólares por anos devido aos centros offshore.

## **A atividade de escritórios como Appleby é ilegal?**

Apenas o Poder Judiciário pode determinar se uma atividade é legal ou ilegal, e é difícil determinar a legalidade das ações da Appleby devido à sua opacidade. Porém, caso Appleby esteja operando com fundos decorrentes de evasão fiscal ou fundos originários em outros crimes, então o mínimo necessário é o estabelecimento de uma investigação para determinar se a empresa está envolvida em lavagem de dinheiro.

Paraísos fiscais, jurisdições offshore opacas e os escritórios jurídicos que operam nesta indústria não existiriam se não fosse para auxiliar pessoas a realizarem atividades que são ilegais em seus países de residência.

O que a Appleby faz em centros offshore possivelmente seja legal nestas jurisdições, porém isso não é o suficiente devido ao contexto internacional.

## **Qual a diferença entre evasão fiscal e elisão fiscal?**

Há um ditado que diz que a diferença entre elisão e evasão é a grossura da parede de uma cela de prisão. Em outras palavras, evasão fiscal é ilegal, enquanto elisão fiscal é legal.

Nós acreditamos que essa definição é muito simplista.

Tanto evasão como elisão possuem a mesma origem – um contribuinte buscando um meio de não pagar os impostos que o governo estabeleceu sobre uma atividade econômica. Ambos métodos resultam no não pagamento de impostos necessários para o financiamento de serviços públicos, logo são negativos e devem ser confrontados pelo governo.

Evasão fiscal ocorre quando um contribuinte deliberadamente e conscientemente não paga seus impostos, possível através de uma declaração de renda fraudulenta. Companhias offshore, trusts e contas bancárias são normalmente chaves para a evasão fiscal, pois esses instrumentos permitem aos contribuintes esconder sua renda da Receita Federal e outras agências governamentais.

Elisão fiscal ocorre quando um contribuinte busca evitar o pagamento de impostos através de uma ação ou transação desenvolvida com o propósito principal de evitar o objetivo da legislação fiscal. Métodos de elisão normalmente envolvem ficções contábeis que buscam convencer as autoridades fiscais a aceitar uma quantia menor de impostos ao dar uma aparência artificial a um cenário específico.

Legisladores habitualmente criam incentivos fiscais para promover formas específicas de atividade econômica. Variadas legislações fiscais de diferentes países muitas vezes são incompatíveis e resultam em uma mesma atividade sendo considerada de maneiras diferentes em dois ou mais países. Paraísos fiscais buscam oferecer isenções fiscais e outras formas de benefícios sem demandar qualquer atividade econômica como contrapartida. Métodos de elisão muitas vezes envolvem transações comerciais sem qualquer finalidade econômica cujo principal objetivo é criar um benefício fiscal.

A Receita Federal e seus parceiros internacionais rotineiramente realizam auditorias nas declarações fiscais e contas das companhias – é uma parte integral da fiscalização desse tipo de órgão. É comum que o resultado dessas auditorias gera um aumento substancial do total dos impostos devidos pelas empresas auditadas, o que ocorre devido à diferente classificação que a Receita Federal e as companhias dão a transações específicas e os valores envolvidos. O ajuste necessário é o resultado da disputa entre a companhia e a Receita Federal, e não envolve conduta criminal como ocorreria em um caso de evasão fiscal.

A utilização de métodos de elisão fiscal é extremamente comum. Em 2013, o Comitê Público de Contadores do Reino Unido, um órgão fiscalizador governamental, recebeu testemunho de um diretor de alto nível de uma grande firma de contabilidade. De acordo com o diretor, as empresas ofertam a seus clientes métodos de elisão mesmo que considerem que há apenas 25% de chance desse método ser considerado legal pelos tribunais.

## **Como funciona a elisão fiscal em centros offshore?**

A maneira que companhias multinacionais e indivíduos de alta renda evitam o pagamento de impostos através de centros offshore é bem simples. Uma empresa é estabelecida em um paraíso fiscal e se torna a beneficiária de várias transações comerciais que possuem o objetivo de transferir o dinheiro do país original para a empresa com sede no paraíso fiscal.

Como exemplo, uma empresa multinacional pode estabelecer uma empresa em um paraíso fiscal que oferece serviços de administração para outras empresas da multinacional, assim recebendo fundos das demais entidades. Também é possível a transferência dos direitos da marca para o paraíso fiscal, assim as outras empresas devem pagar royalties para utilizar a marca e o nome da multinacional. Tudo isso gera a transferência de fundos de países comuns para paraísos fiscais.

Muitas vezes, não há qualquer atividade na empresa estabelecida offshore. É apenas uma empresa de fachada, um pedaço de papel em um escritório de advocacia, com uma conta bancária, recebendo fundos.

Essa é uma forma de ficção necessária para a elisão fiscal. Duas companhias conectadas, sem qualquer real atividade econômica, com o único objetivo de criar um benefício fiscal.

## A OCDE não está resolvendo o problema?

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) iniciou o projeto BEPS em 2013 para desenvolver novas regras para reformar o cenário fiscal internacional. O projeto BEPS apenas é focado na elisão fiscal por grupos multinacionais, deixando de fora os desvios cometidos por indivíduos de alta renda.

O projeto BEPS resultou em determinado progresso na luta contra a elisão fiscal, e como resultado muitas práticas de elisão foram banidas.

Porém, o projeto foi debilitado pelo lobby corporativo e atualmente há uma impressão generalizada de que o projeto BEPS não irá alcançar o seu objetivo inicial de estabelecer ações adequadas para reduzir a elisão fiscal corporativa.

## O que deve ser feito para corrigir o problema?

A Tax Justice Network promove o **ABC** da transferência fiscal como as primeiras medidas para reformar o atual sistema.

**A** representa o Automatic Exchange of Information, ou Troca Automática de Informações. Quando um cliente abre uma conta bancária em um centro offshore, o banco deveria automaticamente informar o país em que reside o titular da conta. Esse processo já ocorre em vários países desenvolvidos, porém ainda não é compreensivo o suficiente, com várias lacunas no sistema, além de não afetar muitos países em desenvolvimento. TJN propõe um sistema de troca de informações compreensivo e global.

**B** representa Beneficial Ownership, ou o registro público do beneficiário final de cada empresa. Companhias deveriam registrar em um registro público quais são seus reais donos. Não apenas o dono corporativo, que pode ser apenas uma outra empresa offshore, mas a verdadeira pessoa que está por trás e se beneficia com a empresa.

**C** representa o Country-by-Country Reporting, ou relatório país por país das atividades de uma multinacional. Grupos multinacionais deveriam relatar os principais dados econômicos, incluindo o número de empregados, volume de vendas e lucro declarado em cada país em que o grupo opera. Esse formato de relatório geraria transparência sobre a real atividade econômica de uma multinacional em cada país e deixaria claro qualquer movimentação de lucro para paraísos fiscais.

Porém, para essas medidas funcionarem corretamente, também é necessária supervisão efetiva por parte dos órgãos fiscais. Em muitos países desenvolvidos, as recentes medidas de austeridade resultaram em uma drástica redução do orçamento de órgãos fiscais. Em muitos países em desenvolvimento, órgãos fiscais sobrevivem com um enorme déficit orçamentário. Para eliminar a praga da elisão fiscal, governos devem se comprometer a financiar devidamente seus órgãos fiscais.